

SER RICO IMPORTA? UMA ANÁLISE DO EFEITO DO PATRIMÔNIO DOS CANDIDATOS A VEREADOR NOS RESULTADOS ELEITORAIS DA BAHIA EM 2012

Yuri B. C. de Oliveira¹
Rodrigo C. Oliveira²

Resumo: Por conta de suas grandes implicações sobre a democracia, a influência do poder econômico nos resultados eleitorais foi amplamente discutida na Teoria Econômica e na Ciência Política. Baseado nessa literatura, este trabalho buscou medir o impacto do patrimônio dos candidatos a vereador na Bahia sobre os resultados eleitorais em 2012. Utilizando os dados das declarações de patrimônio e resultados eleitorais, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a estratégia empírica adotada foi a estimação de dois modelos econométricos, um modelo Probit e um modelo usando o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os resultados sugerem a confirmação da existência de influência do dinheiro nas disputas eleitorais baianas e mostram que: 1) quanto mais elevado for o patrimônio do candidato maior a probabilidade deste ser eleito; 2) um aumento de 10% no patrimônio dos candidatos está associado a um aumento, em média, de 0,4% na probabilidade de ser eleito e 1,5% no número total de votos obtidos; 3) candidatos incumbentes, isto é, que já ocupavam cargos políticos antes das eleições, tem uma maior probabilidade de sucesso eleitoral e obtém, em média, 114% a mais de votos do que os candidatos desafiantes; 4) os homens obtêm, em média, 90,7% a mais de votos do que as mulheres; 5) observou-se uma fraca correlação negativa entre as despesas de campanha e o sucesso eleitoral.

Palavras-chave: Economia Política. Modelos de Regressão. Bahia. Eleições.

Classificação JEL: P16, P48, D72.

DOES BEING A RICH PERSON MATTER? ANALYZING THE EFFECT OF CANDIDATE'S HERITAGE ON BAHIA'S ELECTION RESULTS IN 2012

Abstract: Because of its major implications for democracy, the influence of economic power on electoral outcomes was broadly discussed in Economic Theory and Political Science. Based on this literature, this work aims to measure the impact of the wealth of candidates to city councilor in Bahia on the electoral results in 2012. Using the data of the declarations of property and electoral results, made available by the Superior Electoral Court, the empirical strategy adopted was the estimation of two econometric models, a probit model and a model using the Ordinary Least Squares (OLS) method. The results suggest a confirmation in the existence of influence by money in the electoral disputes in Bahia and show that: 1) the higher the candidate's wealth the greater the probability of being elected; 2) a 10% increase in the candidates' assets is associated with an average increase of 0.4% in the probability of being elected and 1.5% in the total votes obtained; 3) incumbent candidates, that is, the ones who

¹ Mestrando em Economia - PIMES/UFPE. E-mail: ybcoliveira@gmail.com

² Professor do Programa de Pós Graduação em Economia - PPGE/UFBA. Email: rodrigo.coliveira13@gmail.com

held political positions before the elections, has a greater probability of electoral success and obtains, on average, 114% more votes than challenging candidates; 4) men get, on average, 90.7% more votes than women; 5) there was a weak negative correlation between campaign expenditures and electoral success.

Keywords: Political Economy. Regression Models. Bahia. Elections.

JEL Classification: P16, P48, D72.

1 INTRODUÇÃO

O funcionamento das instituições é alvo de muitos estudos na literatura econômica. A grande relevância dessa pesquisa criou uma nova área, que aproxima tanto a economia quanto a ciência política, qual seja, a Teoria da Escolha Pública (TEP). Esta busca modelar o funcionamento das instituições políticas e a tomada de decisão dos agentes envolvidos nas escolhas referentes ao interesse público. Tal teoria surge com o principal objetivo de reformular as instituições políticas de forma que estas alcancem os melhores resultados para a sociedade.

Instigado por esse objetivo, o debate sobre a influência do dinheiro nos resultados eleitorais foi amplamente discutido pela literatura (JACOBSON, 1990, LEVITT, 1994, GERBER, 2004). Em sua grande maioria, os estudos empíricos buscam captar o impacto das despesas de campanha no número de votos dos candidatos, quando controladas outras variáveis de interesse, tais como escolaridade, sexo e outras qualidades individuais dos candidatos (PEIXOTO, 2012; FERREIRA, 2006, SIMONASSI et al, 2015, SALABERRY et al, 2013, SPECK, 2016).

Contudo, não foram encontrados trabalhos que buscam analisar se o patrimônio (riqueza) dos candidatos também pode estar relacionado com o número de votos e a probabilidade de sucesso eleitoral, pergunta que este trabalho busca responder. A inclusão dessa nova variável deverá indicar com maior precisão a influência do poder econômico nos resultados eleitorais baianos, uma vez que o cálculo de seu efeito determinará se os cargos do legislativo municipal baiano são um privilégio dos mais ricos ou não.

Ainda, as eleições municipais de 2016 contaram com uma importante inovação nas regras eleitorais, qual seja a proibição do financiamento das despesas eleitorais por empresas privadas. Pela regra antiga (vigente em 2012), empresas privadas podiam doar a candidatos até 2% do seu faturamento bruto anual e pessoas físicas só podiam doar até 10% do seu rendimento bruto no ano anterior à eleição. Com as novas regras, apenas são consideradas legais doações de pessoas físicas (mantendo o limite de 10% do patrimônio do ano anterior) que serão encaminhadas aos partidos, que repassarão para os candidatos. É permitido, também, o uso de recursos próprios dos candidatos para o financiamento de suas campanhas.

Assim, com as novas regras, os recursos de terceiros disponíveis para os candidatos deverão ser mais escassos. Neste cenário, uma possível preocupação surge, uma vez que estas mudanças poderão beneficiar os candidatos que possuem maior patrimônio, fazendo com que seja de suma importância o esforço de medir a contribuição do patrimônio para o sucesso eleitoral na política municipal.

São, também, quase inexistentes os trabalhos que buscam esses efeitos para o legislativo municipal, sendo a maioria destes concentrados no legislativo federal ou estadual, ou no poder executivo. Portanto, mais especificamente, este trabalho tem como objetivo medir o impacto do patrimônio dos candidatos a vereador na Bahia sobre os resultados eleitorais em 2012.

Para a realização de tal objetivo, utilizou-se os dados das declarações de bens dos candidatos a vereador na Bahia no ano de 2012, junto a informações sobre o perfil socioeconômico dos disputantes ao cargo, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Foram estimadas duas regressões, a primeira utilizando um modelo probit, onde a situação de eleito ou não eleito é a variável dependente, e a segunda utilizando o modelo de mínimos quadrados ordinários cuja variável dependente é o número de votos obtido por candidato.

Dentre os principais resultados deste trabalho destaca-se a confirmação de que um maior patrimônio dos candidatos a vereador na Bahia está associado a uma maior probabilidade de sucesso eleitoral, de tal forma que um aumento de 10% no patrimônio está deverá aumentar, em média, a probabilidade de ser eleito em 0,4%, e o número total de votos recebidos em 1,5%. Ainda, os resultados sugerem que as regras eleitorais para a disputa pelo cargo de vereador na Bahia favorecem homens, ricos e candidatos que já ocupam algum cargo político, sendo a junção dessas três características quase imbatível numa disputa por uma cadeira no legislativo dos municípios baianos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Os estudos sobre a escolha pública têm sido amplamente desenvolvidos por economistas e cientistas políticos. Tal área de pesquisa busca analisar como as decisões coletivas são tomadas e como estas afetam a sociedade. De acordo com Borsani (2004), a Teoria da Escolha Pública (TEP) estuda os processos de decisão política numa democracia, com os instrumentos de análise da economia, fundamentalmente os conceitos de comportamento racional e auto interesse.

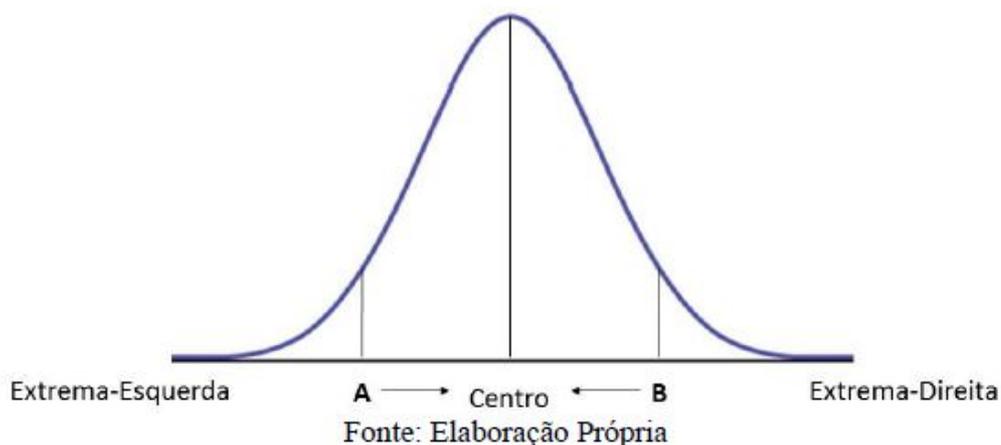
Partindo da análise do indivíduo, considerado, tal como na moderna teoria do consumidor, como um agente racional e que age maximizando uma função de utilidade – no caso de um político, sua utilidade é maximizada ao se obter o maior número de votos mantendo ou aumentando seu poder e prestígio na sociedade. A Teoria da Escolha Pública (TEP) investiga como as pessoas tomam decisões sobre os bens públicos e a vida coletiva. A partir dela, os pesquisadores avançam na proposição de mudanças institucionais capazes de criar incentivos que garantam um conjunto de escolhas socialmente desejáveis, por parte dos indivíduos e agentes políticos.

Nesse contexto foram muitas as contribuições feitas pela economia no campo da TEP. Dentre estas, destacam-se a contribuição do prêmio Nobel de Economia, Kenneth Arrow, com o Teorema da Impossibilidade, o Teorema do Eleitor Mediano, proposto por Downs (1957), bem como a mais recente contribuição de Rekkas (2007), que estima uma função de utilidade para o eleitor.

O Teorema do Eleitor mediano é um modelo muito utilizado pelos teóricos da escolha pública para descrever o comportamento dos candidatos em disputas eleitorais, tanto por sua simplicidade, como por sua razoabilidade. Assume-se que cada candidato visa, exclusivamente, maximizar sua utilidade aumentando o seu número de votos. Assume-se, também, que cada eleitor é um agente racional e demanda um conjunto de bens e serviços do governo diferente, onde cada cesta de bens demandada maximiza a utilidade de um eleitor individual, o qual vota de acordo com essas preferências.

Assim, cada candidato deve agir de tal forma que consiga captar o maior número de eleitores possível, adequando suas propostas e programa de governo a esse objetivo. De acordo com Downs (1957), supondo uma escala como mostrada na figura 1, onde estão dispostas as preferências ideológicas (ou de cestas de bens e serviços demandados do governo) da extrema-esquerda à extrema-direita, quando a curva de distribuição das preferências dos eleitores se assemelha a uma curva normal, os candidatos e partidos deverão convergir para o centro ideológico, uma vez que essa convergência lhes permite captar mais votos.

Figura 1 - Teorema do Eleitor Mediano



Percebe-se que os candidatos, A e B, só conseguem votos dos eleitores a sua esquerda na escala (no caso de A) e à sua direita na escala (no caso de B). Quando A se aproxima do Centro ideológico, ele consegue conquistar outros eleitores que então não conseguia na sua posição inicial. O mesmo ocorre para B. Uma vez que a maioria dos eleitores se posiciona no centro ideológico, tanto A quanto B, candidatos racionais que maximizam o número de votos, ganham eleitores ao alinhar suas respectivas plataformas políticas com o centro e, portanto, o fazem. Assim, numa disputa eleitoral, ambos os candidatos deverão lutar pelo voto do eleitor mediano, implicando que o resultado obtido tenderá ao seu benefício.

Preocupado com o comportamento das instituições democráticas, Kenneth Arrow (1951) generaliza as observações feitas pelo matemático francês Marquês de Condorcet e conclui que os sistemas de voto das democracias modernas, supondo mais de duas opções de escolha, não são capazes de garantir que a decisão final seja a efetivamente preferida pela sociedade, uma vez que o princípio da transitividade não seja respeitado, ou que não seja possível identificar as preferências dos eleitores.

Uma boa forma de ilustrar esse resultado é a que se segue: Supõe-se 3 indivíduos, A, B, e C e três candidatos x, y, z a um cargo público qualquer. Cada indivíduo ranqueia suas preferências em relação aos políticos do mais preferido ao menos, respectivamente. A prefere (x, y, z), B prefere (y, z, x) e C (z, x, y). Se fossem obrigados a escolher entre x e y, a maioria dos indivíduos escolheria x. Por outro lado, se a escolha fosse entre x e z, a maioria escolheria z. Ainda, escolhendo entre z e y, a maioria escolheria y. A questão mais importante é que cada disputa levaria a resultados distintos a depender da ordem com que os indivíduos fossem obrigados a escolher. A intransitividade das preferências agregadas levaria, então, a uma escolha pública socialmente indesejada.

A adoção do segundo turno pela maioria dos países democráticos, inclusive, foi uma das melhorias institucionais criadas com o objetivo de mitigar os problemas da intransitividade reconhecidos pela Teoria da Escolha Pública.

A TEP não se limitou a análise das instituições e do comportamento dos candidatos, mas também se estendeu ao comportamento do eleitor. Buscando compreender o processo de decisão do voto em eleições multipartidárias, e baseando-se no instrumental da TEP, Rekkas (2007) estimou uma função de utilidade para o eleitor. Tal função se baseia num modelo de escolha discreta, semelhante ao comportamento do consumidor num mercado com diferentes produtos. No caso em questão, o mercado nada mais é do que o distrito eleitoral de cada votante e os produtos são os candidatos de cada partido à disposição. Assim, a função de utilidade modelada assumiu a seguinte forma linear:

$$(1) \quad u_{ijr} = x_{jr}\beta + \gamma_{1jr}exp_{jr} + \gamma_{2i}(exp_{jr} \times inc_{jr}) + z_r\alpha + \varepsilon_{jr} + \epsilon_{ijr} = x_{jr}\beta + \gamma_{1jr}exp_{jr} + \gamma_{2i}(exp_{jr} \times inc_{jr}) + z_r\alpha + \varepsilon_j + \varepsilon_r + \Delta\varepsilon_{jr} + \epsilon_{jr} \\ r = 1, \dots, R, i = 1, \dots, I, j = 1, \dots, J_r$$

Onde a Utilidade garantida pelo partido j, ao indivíduo i, na eleição r, é função do gasto do partido por candidato (exp) - que define o grau de informação que o eleitor tem de cada candidato, uma vez que quanto mais gastam os candidatos mais publicidade suas propostas alcançam -, uma interação entre os gastos (exp) e a situação dos candidatos que buscam a reeleição (inc), e desafiantes, que tenta captar diferenças nos retornos dos gastos de desafiantes e incumbentes.

Ainda, são apontadas características de cada partido j, no vetor x. O termo z é um vetor que contabiliza indicadores de percepção do desempenho econômico na eleição r, do candidato incumbente, como taxa de desemprego e renda nacional, os quais são percebidos pelos eleitores e afetam sua utilidade, conseqüentemente, sua decisão. De acordo com Rekkas (2007), como nas eleições canadenses a densidade populacional de cada distrito afeta os resultados eleitorais, tal indicador deve estar presente nesse vetor. O termo ε corresponde a características não observadas na eleição r e no partido j.

Ainda, Rekkas (2007) supõe que cada eleitor vota de acordo com a maximização da sua utilidade. Isto é, vota naquele candidato e partido que fazem sua utilidade ser a maior possível em cada eleição r, não havendo eleitores que votem estrategicamente.

O presente trabalho, com efeito, se baseia nas principais contribuições da Teoria da Escolha Pública. Busca-se compreender um traço das instituições políticas baianas, qual seja, o papel do dinheiro como determinante dos resultados eleitorais legislativos, apoiado na perspectiva já desenvolvida pela TEP sobre o comportamento do eleitor e das instituições

democráticas. Na seção seguinte, será revisitada a literatura empírica que relaciona o papel do dinheiro nas disputas eleitorais, mais especificamente, o papel das despesas de campanha nos resultados eleitorais.

2.2 LITERATURA EMPÍRICA

Um grande número de estudos empíricos buscou captar os efeitos do dinheiro no processo eleitoral, a ponto de este ser considerado um tema canônico na Ciência Política (FIGUEIREDO FILHO et al, 2013). A grande maioria buscou descobrir o impacto das despesas de campanha no número de votos dos candidatos, quando controladas outras variáveis de interesse. Gerber (2004) aponta que os modelos empíricos para eleições disputadas entre dois partidos assumem, em geral, a seguinte forma:

$$(2) \text{Votos}_{incumbente} = \alpha + \beta_1 f(\text{Gastos}_{incumbente}) + \beta_2 f(\text{Gasto}_{desafiante}) + \beta_3 X + \epsilon$$

Onde a variável dependente é igual ao percentual de votos do partido candidato incumbente, que é função das despesas de campanha tanto do partido desafiante quanto do partido candidato à reeleição. Por fim, o vetor X corresponde a uma série de variáveis de controle que normalmente afetam o número de votos, como características dos candidatos.

Jacobson (1990) critica alguns modelos empíricos utilizados indicando a presença de viés. De acordo com o autor, o número de votos não dependeria apenas das despesas de campanha de um candidato isolado, mas também de seus concorrentes. Por outro lado, o volume de despesas seria afetado pelo volume esperado de despesas e do número de votos (variáveis não controladas) de ambos os candidatos (desafiante e concorrente), indicando uma correlação entre as variáveis independentes e o erro, e, portanto, gerando estimativas viesadas. Por fim, o trabalho aplica um modelo logit, e encontra um impacto positivo do gasto de campanhas nos resultados eleitorais nos Estados Unidos, atentando para um impacto maior dos gastos do desafiante do que do candidato a reeleição.

Levitt (1994) defende a necessidade da inclusão de uma variável para controlar a qualidade do candidato. O autor argumenta que uma vez que os candidatos de maior qualidade tendem a vencer mais vezes e, portanto, tem mais capacidade de arrecadar fundos, essa correlação entre qualidade e despesas levaria a uma superestimação do efeito dos gastos de campanha no desempenho eleitoral dos candidatos. Outra fonte de viés comum na literatura empírica destacada pelo trabalho é a ausência de controles para regiões distintas, o que pode levar a subestimações ou superestimações, a depender do histórico de resultados das regiões.

Para controlar para qualidade do candidato, o autor utiliza dados em painel de 633 eleições de 1972 a 1990 nos Estados Unidos, restringindo sua análise a situações onde os mesmos candidatos se enfrentam, para assim, supondo um nível de qualidade constante ao longo do tempo, reduzir os efeitos do viés de qualidade do candidato. O resultado encontrado é um tanto surpreendente, sendo visto um pequeno efeito do gasto de campanha nos resultados eleitorais norte-americanos, a despeito do status de incumbente ou desafiante dos candidatos. Ainda, a hipótese nula de que os gastos não têm efeito sobre o desempenho não pode ser rejeitada.

Gerber (2004), buscando fugir das críticas sobre viés nos modelos lineares faz uma análise experimental para descobrir a relação entre despesas de campanha e desempenho eleitoral. O estudo encontra um impacto positivo dos gastos do desafiante nas margens de votos dos candidatos à reeleição, enquanto os gastos dos candidatos a novo mandato mostraram efeitos insignificantes.

No Brasil, o número de estudos que relaciona dinheiro e eleições também é extenso e vem crescendo, uma vez que o Tribunal Superior Eleitoral passou a disponibilizar os micro dados das eleições dos anos de 1945 a 2014. A maioria deles, seguindo a linha tradicional, também procura a relação entre os gastos de campanha e número de votos dos candidatos a cargos públicos no Brasil.

Ferreira (2011) conclui, ao analisar os resultados das eleições para deputado federal do Distrito Federal de 2006, que as despesas de campanha eleitoral interferem pouco no número de votos, além de apresentarem rendimentos marginais decrescentes (em termos de voto), sendo aumentar os gastos uma estratégia pouco eficiente do ponto de vista dos candidatos. O artigo observa, ainda, que para candidatos que estão no início da carreira política, aumentar o número de gastos pode ser uma estratégia eficiente.

Peixoto (2012), por meio de uma análise econométrica, estima o impacto das despesas de campanha no número de votos dos candidatos a deputado federal e estadual em 2010. O autor concluiu que para cada 1% de aumento nas despesas de campanha, o percentual de votos dos candidatos a deputado estadual deveria aumentar em média em 0,65%. Semelhante resultado foi encontrado por Figueiredo Filho et al (2013). Através de uma regressão linear, o trabalho concluiu que um aumento de 1% nas despesas eleitorais dos candidatos a prefeito em 2012 estava associado a um aumento médio e estatisticamente significativo de 0,57% no número total de votos obtidos.

Simonassi et al (2016) buscam captar os efeitos de 3 grupos de variáveis - políticas, financeiras e pessoais no número de votos para os candidatos a deputado estadual no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como no Interior. Para isso aplicam modelos com dados contáveis. O trabalho conclui que a cada R\$ 100,00 a mais de despesas de campanha, os candidatos ganham, em média, 3 votos, mostrando um efeito significativo do fator econômico nas eleições de cearenses de 2010.

Outras abordagens tentaram comparar os efeitos dos gastos de campanha nos resultados eleitorais com outras variáveis de interesse. Speck e Cervi (2016) comparam os efeitos do gasto de campanha, do tempo de propaganda no horário eleitoral gratuito em rádio e TV e da memória eleitoral, medida pelo desempenho do partido na eleição passada, na disputa para prefeito em 2012. O artigo conclui que quanto maior o município, em número de habitantes, menos importante passa a serem os gastos de campanha com relação ao tempo de propaganda, que assume um papel protagonista em municípios com mais de 200 mil habitantes. Não obstante, em municípios de até 200 mil habitantes, as despesas de campanha obtiveram os maiores efeitos marginais sobre percentual de votos.

Os numerosos trabalhos na área, naturalmente, variam em termos de metodologia e nos resultados estimados para variáveis ligadas à influência do dinheiro nas eleições. Muito embora, a maioria da literatura, especialmente no Brasil, encontra uma associação positiva entre as despesas de campanha e os resultados eleitorais, indicando que o dinheiro ainda é um fator importante para alcançar um cargo de poder.

Por outro lado, são quase inexistentes os trabalhos que buscam estimar se o patrimônio (riqueza) dos candidatos também pode afetar o número de votos e a probabilidade de sucesso eleitoral, objetivo deste trabalho. A inclusão dessa variável deverá especificar melhor a influência do poder econômico no poder político. São, também, salvo engano, quase inexistentes os trabalhos que buscam esses efeitos para o legislativo municipal, sendo a maioria destes concentrados no legislativo federal ou municipal, ou no poder executivo.

Além disso, mensurar o sucesso do candidato com uma variável binária igual a 1 se o candidato tiver sido eleito pode captar melhor esses impactos, uma vez que, devido às regras para as eleições do legislativo, para ser eleito, não necessariamente o candidato precisa ter mais votos absolutos que todos os seus concorrentes, podendo entrar pela lista do partido de acordo com o respectivo quociente partidário.

3. DADOS E ELEIÇÕES NA BAHIA EM 2012

Os dados utilizados foram coletados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais, no seu portal na internet. Os dados disponibilizados pelo TSE contêm informações sobre os resultados das eleições em 2012, bem como características de cada candidato, desde dados socioeconômicos como escolaridade, a características da candidatura como despesa máxima de campanha e declaração de bens.

Dos microdados do TSE, foram extraídas as informações referentes ao estado da Bahia. Foram unidas três bases de dados distintas, quais sejam: a base de resultados eleitorais, que contém o número de votos de cada candidato bem como sua situação como eleito ou não; a base de bens dos candidatos, que dispõe das declarações de bens de todos os candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito do estado; e, por fim, a base de perfil dos candidatos, que inclui características socioeconômicas e eleitorais dos concorrentes ao cargo de vereador.

A partir da base original, composta por 33.912 candidatos, foram excluídos aqueles que tiveram candidatura indeferida, que foram cassados, que faleceram antes do pleito ou renunciaram. Os candidatos a prefeito e vice-prefeito também foram eliminados da base. Foram excluídos, também, aqueles que não declararam renda ao TSE, bem como todos que declararam patrimônio inferior a um salário-mínimo (R\$ 622,00 em 2012), uma vez que declarações abaixo deste valor soam muito irrealistas, tendo pouca validade. Estabelecer um patrimônio a partir de um salário-mínimo, indica que, ao menos, o candidato está empregado. Ainda, foram excluídos outliers que declararam patrimônios muito elevados, bem acima do seu antecedente mais rico, com indicação de problema nos registros da candidatura, assim, foram excluídas 3 declarações de patrimônio com valores acima de R\$ 8.365.600,00.

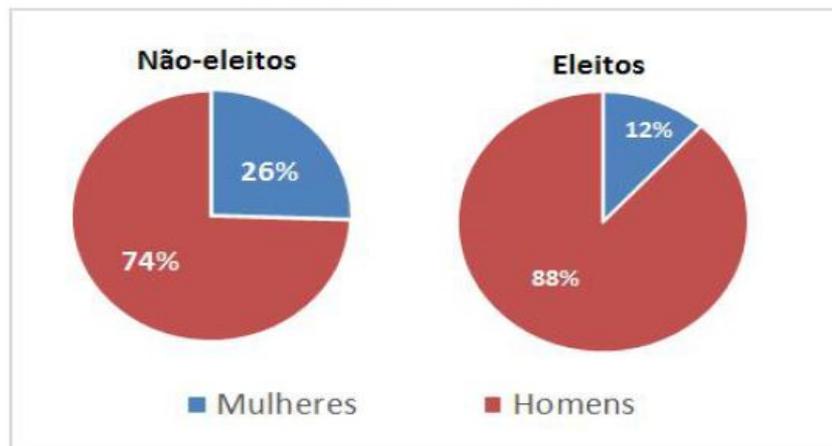
É importante lembrar que pesquisas que utilizam dados de declaração de bens contam com um conhecido problema da subestimação dos patrimônios podendo criar erros de medida, algo ainda mais comum em pesquisas domiciliares. Para efeito deste trabalho, a possível subestimação dos patrimônios não é tão preocupante, à medida que, assumindo que todos os candidatos tenham subestimado seus respectivos bens, o efeito captado pelos coeficientes estimados nos modelos econométricos estará no limite inferior do efeito real. Em outras palavras, dada a impossibilidade de controlar o viés por uma estratégia de dados em painel ou modelos de identificação, o viés causado pela subestimação dos patrimônios faz com que o efeito aqui encontrado seja menor do que o realmente existente.

Ainda, foram eliminados aqueles candidatos que não declararam despesa máxima de campanha ou que declararam despesas iguais a zero, bem como alguns poucos outliers que alegaram um gasto muito acima do observado pelo seu antecedente cujas despesas foram maiores. Ao final, a base utilizada contou com 16.356 observações de concorrentes ao cargo de vereador nos diversos municípios da Bahia nas eleições de 2012.

A grande maioria dos candidatos declarou ser do sexo masculino. Em termos percentuais, 77,4% dos candidatos na amostra utilizada eram homens, enquanto apenas 22,6% eram mulheres. Vale notar que o percentual está abaixo da proporção mínima de mulheres exigida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 30%.

Mais interessante é o fato de que a proporção entre homens e mulheres se modifica quando os candidatos são divididos entre dois grupos, eleitos e não-eleitos. O gráfico 1 mostra essa diferença. No grupo dos não-eleitos, a participação de candidatas mulheres sobe para 26%, frente aos 22% do conjunto total da amostra utilizada. No grupo composto pelos eleitos, a participação das mulheres cai ainda mais, chegando a apenas 12% do total de candidatos. Isso mostra que, além de dificuldades para lançar candidaturas – algo evidente uma vez que os partidos não conseguem ao menos cumprir o mínimo de 30% de participação feminina exigido pelo TSE - as mulheres ainda aparecem em visível desvantagem frente aos homens durante a competição por um cargo no legislativo municipal baiano.

Gráfico 1 - Participação de Homens e Mulheres no Total de Candidatos a Vereador na Bahia – Eleitos e Não-eleitos - 2012



Fonte: TSE/Elaboração Própria

No que se refere ao patrimônio dos candidatos, uma análise preliminar dos dados das eleições para vereador na Bahia já aponta para a confirmação da hipótese de que candidatos mais ricos têm uma maior probabilidade de sucesso no legislativo municipal baiano. A tabela 1 mostra o total médio de bens declarados pelos candidatos a vereador eleitos e não eleitos na Bahia.

Tabela 1 - Valor Monetário dos bens declarados pelos candidatos a vereador na Bahia 2012

Situação	Nº Obs.	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
Não eleito	12890	106389,5	245535,9	622	8365600
Eleito	3466	143106	275609,2	622	8098436

Fonte: TSE/Elaboração Própria

A tabela 1 nos mostra que os candidatos a vereador eleitos são, em média, mais ricos do que os não eleitos no estado. Enquanto os não eleitos apresentaram um patrimônio médio da ordem de R\$ 106.389,50, o patrimônio médio dos eleitos chegava a R\$143.106,00. O elevado desvio padrão observado reflete a grande desigualdade de patrimônio entre os candidatos.

Mais interessante é que se observados esses resultados para Salvador, a diferença entre o patrimônio dos candidatos eleitos e não eleitos aumenta, como mostra a tabela 2

Tabela 2 - Valor Monetário dos bens declarados pelos candidatos a vereador em Salvador 2012

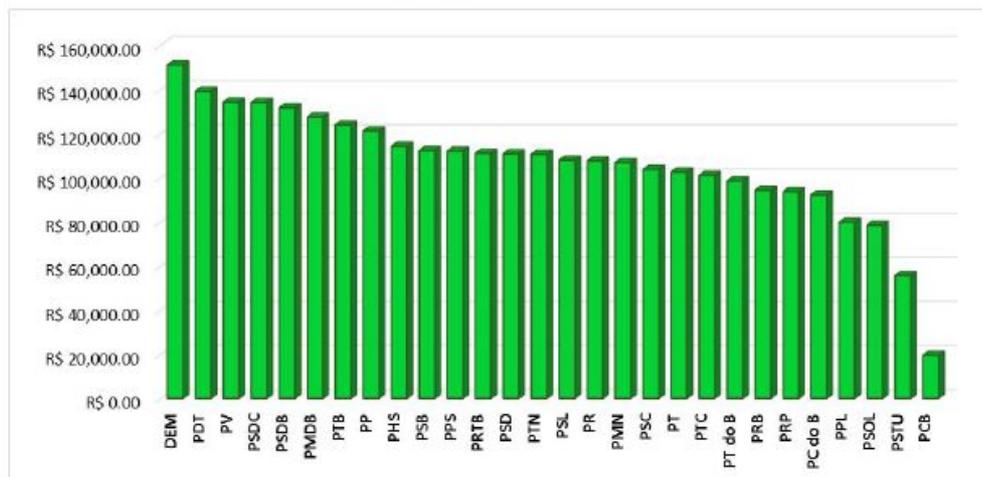
Situação	Nº Obs.	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
Não eleitos	473	185101,4	329968,3	700	3276871
Não eleitos: 35 mais votados	35	511717,1	800373,6	4420,32	3276871
Eleitos	35	773026,7	1226185	1020,46	5617046

Fonte: TSE/Elaboração Própria

Observa-se que o valor médio do patrimônio declarado pelos candidatos eleitos em Salvador, supera em quase 7 vezes o valor declarado pelos não eleitos. Enquanto os não eleitos apresentaram um patrimônio médio da ordem de R\$ 185.101,40, o patrimônio médio dos eleitos chegava a R\$773.026,70. Ainda, os candidatos eleitos em Salvador possuem, em média, um patrimônio maior do que o declarado pelos 35 candidatos mais votados entre os não-eleitos. Na capital baiana, ao que esses resultados apontam, um maior patrimônio parece favorecer mais ainda as chances de vitória dos candidatos nas eleições.

É importante ressaltar que o patrimônio médio dos eleitos em Salvador destoa muito do observado na população soteropolitana. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio dos habitantes da Região Metropolitana de Salvador, em dezembro de 2012, encontrava-se na faixa dos R\$ 1.499,20. A diferença no patrimônio dos candidatos também pode ser vista por um recorte partidário. O gráfico 2 mostra o patrimônio médio dos candidatos a vereador na Bahia por partido político.

Gráfico 2 - Patrimônio Médio declarado pelos candidatos a vereador na Bahia em 2012 - por Partido



Fonte: TSE/Elaboração Própria

Os candidatos mais ricos parecem se concentrar nos partidos Democratas (DEM), cujos membros que disputaram o cargo de vereador em 2012 possuem, em média, um patrimônio da ordem de R\$ 150.852,50, frente ao segundo colocado, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) onde o patrimônio médio ficou em R\$ 139.044,20. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ocupou a 5ª posição no ranking dos candidatos de maior patrimônio médio que alcançou a cifra de R\$ 131.577,50, enquanto o patrimônio médio dos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) - que ocupava o governo do Estado à época - era de R\$ 102.454,40.

No que se refere às despesas de campanha, a mesma análise pode ser feita. A tabela 3 mostra as estatísticas descritivas das despesas de campanha dos candidatos eleitos e não eleitos na Bahia e aponta para resultados diferentes dos observados na análise do patrimônio.

Tabela 3 - Despesa máxima de campanha em reais declarada pelos candidatos a vereador na Bahia 2012

Situação	Nº Obs.	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
Não eleito	12890	154915,2	405703,5	1000	8400000
Não eleito e desafiante	12404	156348,1	404655,2	1000	8400000
Não eleito e incumbente	486	118343,5	430426,3	2000	8400000
Eleito e Desafiante	2605	102409	261571,5	2000	5100000
Eleito e Incumbente	861	94304,88	174230	2000	2260000
Eleito	3466	100395,8	242827	2000	5100000

Fonte: TSE/Elaboração Própria

Ao contrário do observado quanto aos bens dos candidatos, a despesa máxima de campanha declarada pelos candidatos não eleitos foi maior do que a dos candidatos eleitos em 2012. Os vereadores eleitos gastaram, em média, R\$ 100.395,80, enquanto os não eleitos gastaram R\$ 154.915,20.

Fato interessante, por outro lado, é que entre os candidatos não-eleitos, os desafiantes gastaram mais, em média do que os incumbentes. O mesmo vale entre os eleitos, onde os desafiantes gastaram, em média R\$ 102.409,00 e os incumbentes R\$ 94.304,88. Tal diferença pode ser explicada pelo fato de o candidato incumbente, por já ter acumulado capital político durante seu mandato, sentir-se mais seguro em gastar menos com publicidade, em relação aos desafiantes, que enfrentam, uma vez que não são conhecidos do eleitorado, precisam gastar mais com propaganda.

Se considerada apenas a capital baiana, por outro lado, a análise se modifica. A tabela 4 traz as estatísticas descritivas das despesas de campanha declaradas pelos candidatos ao cargo de vereador em Salvador.

Tabela 4 - Despesa máxima de campanha declarada pelos candidatos a vereador em Salvador 2012

Situação	Nº Obs.	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
Não eleito	473	732135,3	531291,1	100000	3000000
Eleito	35	802857,1	591849,4	100000	3000000

Fonte: TSE/Elaboração Própria

Na capital baiana, os candidatos que conquistaram uma vaga no legislativo municipal gastaram, em média, R\$ 802.857,10, valor acima dos R\$ 732.135,30 observado entre os candidatos não eleitos. Assim, a realidade de Salvador parece ser distante da observada no estado como um todo, no que diz respeito aos gastos de campanha e patrimônio dos candidatos.

É importante observar que a diferença de patrimônio entre candidatos eleitos e não eleitos – os candidatos eleitos são quase 7 vezes mais ricos que os não-eleitos em Salvador - é muito maior do que a diferença entre as despesas de campanha dos dois grupos, como mostra a Tabela 4. Enquanto existe uma grande assimetria de patrimônio, não existe grande assimetria no que se refere às despesas de campanha entre os dois grupos. Assim, uma vez que as novas regras eleitorais focam apenas no lado das despesas de campanha (com a proibição da doação de empresas privadas) existe o risco de que essa intervenção venha a favorecer os candidatos mais ricos frente aos de menor patrimônio na capital baiana, já que com recursos escassos, os primeiros contarão com grande vantagem.

O custo de cada voto - obtido pela razão entre as despesas de campanha totais de determinada região e o total de votos contabilizados - é, ainda, outro importante indicador para analisar o impacto dos gastos de campanha nos resultados eleitorais e pode ser visto na tabela 5.

Tabela 5 - Custo do Voto para vereador – Bahia e Região Metropolitana de Salvador 2012

	População*	Custo Médio do Voto
Bahia	15.276.566	433,47
RMS	3.984.583	1840,73
Salvador	2.938.092	11561,26
Camaçari	292.074	2977,81
Itaparica	22.744	1960,53
São Francisco do Conde	39.790	1427,94
Lauro de Freitas	194.641	1169,52
Vera Cruz	43.162	1147,3
Dias D'Ávila	79.401	1077,15
Pojuca	37.993	873,64
Candeias	89.271	607,87
Simões Filho	134.674	452,89
Madre de Deus	20.689	317,47
Mata de São João	46.392	221,19
São Sebastião do Passé	45.660	134,97

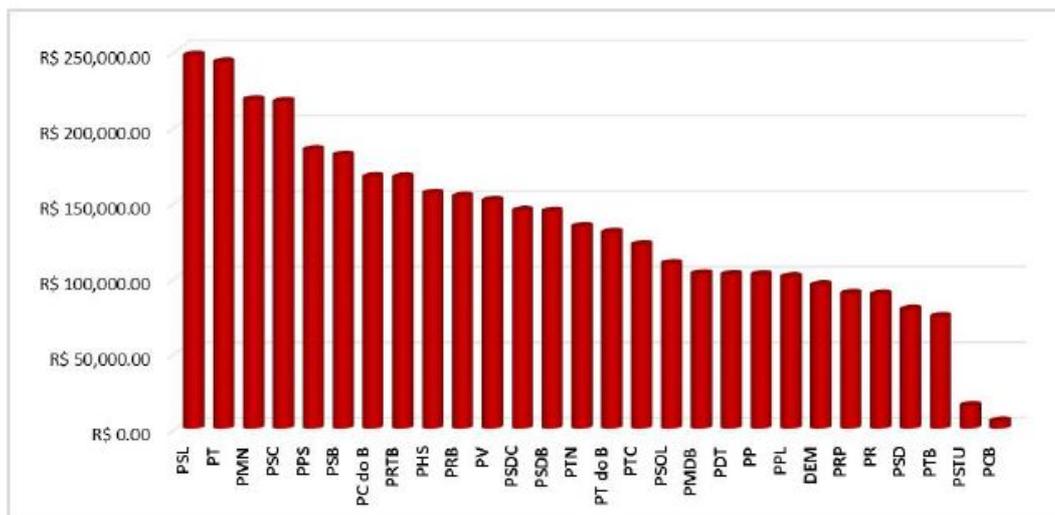
População estimada para 2016*

Fonte: TSE, IBGE/Elaboração Própria

Na Bahia, o custo médio do voto ficou em torno de R\$ 433,47, abaixo do observado na Região Metropolitana de Salvador (RMS) que chegou a R\$ 1.840,73. Salvador destoa tanto da Bahia como da RMS, com um custo médio do voto de R\$ 11.561,26. Na Região Metropolitana, o município com o menor custo do voto foi São Sebastião do Passé, onde os candidatos gastaram, em média, R\$ 134,97 por voto. Chama atenção a alta correlação positiva entre o tamanho do município e o custo de cada voto, indicando que quanto maior a população do município, mais caro deverá ser conseguir mais votos.

Outra forma importante de analisar as despesas de campanha é via partidos políticos uma vez que o desempenho do partido é fundamental para o desempenho de cada candidato nas eleições para o legislativo municipal. O gráfico 2 apresenta a despesa máxima de campanha média de cada partido nas eleições para vereador na Bahia em 2012.

Gráfico 3 - Despesa Média de Campanha dos candidatos a vereador na Bahia em 2012 por Partido



Fonte: TSE/Elaboração Própria

O Partido Social Liberal (PSL) lidera com folga entre os partidos com o maior gasto médio de campanha, chegando à cifra de R\$ 250.000,00. O segundo partido que mais gastou, em média, foi o Partido dos Trabalhadores (PT), com um gasto médio da ordem de R\$ 242.623,00. Chama atenção o fato de partidos grandes como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os Democratas (DEM), que, como já mostrado, concentraram os candidatos mais ricos obtendo os maiores patrimônios médios, encontram-se próximos à média dos partidos baianos em termos de despesa máxima de campanha. Isto é, não necessariamente os candidatos com maior patrimônio apresentam as maiores despesas de campanha.

A análise dos gráficos de dispersão não permite verificar a direção da correlação entre essas variáveis. Por outro lado, não se pode descartar a hipótese de que o patrimônio dos candidatos influencia os resultados eleitorais, uma vez que o número de votos não é o único determinante do sucesso eleitoral, graças a regra do Quociente Partidário.

Em outras palavras, para ser eleito em 2012, não bastava aos candidatos a vereador conquistar o maior número de votos. Cada partido/coligação tem direito a um número específico de cadeiras, com base no seu quociente partidário, que nada mais é do que o número de votos válidos de cada coligação dividido pelo quociente eleitoral³.

Assim, é perfeitamente possível que um candidato “A” tenha obtido menos votos do que o candidato “B”, o primeiro seja eleito e o segundo não. Portanto, é mais do que necessário buscar essa relação por meio de métodos estatísticos mais sofisticados do que a simples análise de dispersão/correlação, o que será feito no próximo capítulo.

³ O Quociente Eleitoral é dado pela divisão do número total de votos da circunscrição eleitoral (local onde ocorre a eleição) pelo número de cadeiras a serem disputadas, enquanto o quociente partidário é a divisão do número de votos de determinado partido ou coligação pelo quociente eleitoral. Se, por exemplo, o quociente partidário de uma determinada coligação for igual a 2,7 unidades, esse partido terá 2 cadeiras garantidas no pleito.

4. METODOLOGIA

A estratégia empírica utilizada neste trabalho para captar o efeito do dinheiro nos resultados eleitorais pode ser dividida em duas partes. Primeiro foi estimado um modelo probit - sendo a variável dependente uma variável binária igual a 1 no caso de o candidato ter sido eleito, e igual a zero no caso contrário - com controles para características socioeconômicas dos candidatos e para os municípios. Em seguida, estimou-se outro modelo tendo o logaritmo natural do número total de votos de cada candidato como variável dependente.

O modelo probit assumiu a seguinte forma:

$$\text{Prob}(\text{Eleito} = 1 | X) = G \left(\beta_0 + \beta_1 \ln \text{bens} + \beta_2 \ln \text{gasto} + \beta_3 \text{homem} + \beta_4 \text{casado} + \beta_5 \text{incumbente} + \beta_6 \text{ensino médio} + \beta_7 \text{ensino superior} + \beta_8 \text{brasileirato} + \beta_9 \text{PT} + \beta_{10} \text{Votos do Partido} + \gamma \text{Municípios} \right)$$

(3)

Onde:

$$G(z) = \Phi(z) \equiv \int_{-\infty}^z \phi(v) dv$$

(4)

Sendo $\phi(z)$ a densidade normal padrão, dada por:

(5)

$$\phi(z) = (2\pi)^{-\frac{1}{2}} \exp\left(-\frac{z^2}{2}\right)$$

A variável que representa os bens dos candidatos foi obtida com base na declaração feita ao TSE no momento da candidatura. Foi somado o valor declarado de todos os bens para chegar ao patrimônio total dos candidatos. No que se refere às despesas de campanha, foi considerado o valor máximo de despesa declarado pelos candidatos. As transformações das variáveis de gasto de campanha e bens dos candidatos em seu logaritmo natural se deram em consonância com a literatura empírica (PEIXOTO, 2012, FIGUEIREDO FILHO et al, 2013, FERREIRA, 2011).

A variável homem é uma dummy igual a 1 no caso de o candidato ser do sexo masculino. Incumbente, é, também, uma dummy igual a 1 no caso de o candidato ocupar algum cargo político antes da eleição (vereador, prefeito, deputado ou ministro de estado). Foram controladas características com relação à escolaridade dos candidatos.

Tabela 6: Descrição das Variáveis

Variáveis	Descrição
<i>lnbens</i>	= logaritmo natural do patrimônio declarado pelos candidatos
<i>lngasto</i>	= logaritmo natural do total de despesa de campanha declarado pelos candidatos
<i>lnvotos</i>	= logaritmo natural do total de votos válidos recebido pelo candidato
<i>homem</i>	= 1 se homem
<i>casado</i>	= 1 se casado
<i>incumbente</i>	= 1 se ocupava um dos seguintes cargos: prefeito, vereador, deputado ou ministro de estado
<i>ensino médio</i>	= 1 se concluiu até o ensino médio
<i>superior</i>	= 1 se concluiu ensino superior
<i>brasileironato</i>	= 1 se brasileiro nato
<i>pt</i>	= 1 se é do Partido dos Trabalhadores
<i>Votos do Partido</i>	= total de votos recebido pelo partido

Fonte: Elaboração Própria

Ainda, foi incluída uma variável dummy para o caso de o candidato ser do mesmo partido que o governador do estado na época, no caso, o Partido dos Trabalhadores (PT), o que poderia criar benefícios ou malefícios para o candidato a depender de como os eleitores percebessem essa associação. Sabendo que o Quociente Partidário afeta diretamente a possibilidade de eleição dos candidatos, foi adicionada ao modelo uma variável que representa o número de votos do partido ao qual pertence o candidato no seu município.

Como defendido por Levitt (1994) devido às diferenças históricas de resultados em regiões diferentes, os modelos de estimação de resultados eleitorais devem levar em conta controles para estas regiões. Assim, Municípios é um vetor que representa as 416 variáveis dummy utilizadas, uma para cada município baiano, o grupo base escolhido foi o município de Salvador.

O modelo MQO assumiu forma semelhante ao modelo probit acima apresentado, com exceção apenas da variável dependente. Sua forma é mostrada na equação (4).

$$(6) \quad \ln(\text{númerodevotos}) = \beta_0 + \beta_1 \ln \text{bens} + \beta_2 \ln \text{gasto} + \beta_3 \text{homem} + \beta_4 \text{casado} + \beta_5 \text{incumbente} \\ + \beta_6 \text{ensinomedio} + \beta_7 \text{ensinosuperior} + \beta_8 \text{brasileironato} + \beta_9 \text{PT} + \beta_{10} \text{VotosdoPartido} + \gamma \text{Municípios}$$

Foram utilizadas as mesmas variáveis independentes de interesse, bem como os mesmos controles para municípios e características socioeconômicas e eleitorais dos candidatos. A transformação da variável dependente nos permite a estimar as elasticidades, gerando um modelo de elasticidades constantes.

É importante lembrar que embora o número de votos não seja a melhor variável para captar o sucesso eleitoral, este é justamente o produto final esperado pelos candidatos, portanto, faz-se importante sua análise. Os resultados obtidos e possíveis implicações para políticas públicas serão apresentados no próximo capítulo.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos mostraram uma confirmação do que já indicava a análise descritiva dos dados das eleições baianas em 2012. Isto é, o patrimônio dos candidatos afeta positivamente os resultados eleitorais, de tal forma que um incremento na riqueza está associado a um incremento na probabilidade de ser eleito. Por outro lado, diferente da maioria dos resultados encontrados na literatura, os gastos de campanha não podem ser associados a uma melhoria do desempenho eleitoral dos candidatos, tudo mais mantido constante.

A tabela 6 mostra os resultados da estimação pelo modelo probit, sendo a coluna 4 a mais importante, pois ela controla por todas as variáveis explicativas de interesse. Observa-se que a relação positiva entre patrimônio dos candidatos e sucesso eleitoral é extremamente robusta. Em todas as estimativas, com e sem controles para municípios e outras características dos candidatos, detecta-se o aumento da probabilidade de ser eleito, dado um maior patrimônio em níveis de significância estatística de 1%. No modelo restrito à capital do estado, o coeficiente associado ao patrimônio dos candidatos também se mostrou estatisticamente significativo, num nível de 5%.

O efeito positivo dos bens dos candidatos sobre a probabilidade de sucesso eleitoral mostra que o patrimônio é também uma forma de poder, garantindo influência entre os eleitores.

É importante ressaltar que, assumindo que todos os candidatos subestimaram seus patrimônios, algo comum em dados recolhidos de declaração de bens, o coeficiente encontrado é um efeito subestimado, isto é, o efeito real do patrimônio deverá ser ainda maior do que o estimado pelo modelo.

Tabela 7 – Determinantes da Probabilidade de Sucesso Eleitoral

Variáveis	Modelo Probit				
	Bahia				Salvador
	1	2	3	4	
Incumbente	0.170***	0.133***	0.191***	0.152***	.198**
Ingasto	-0.110***	-0.153***	-0,003	-0.038**	.0114
homem	-	0.492***	-	0.553***	.232
casado	-	0.086***	-	0.079***	.0755
incumbente	-	1.203***	-	1.192***	1.850
ensino médio	-	0.109***	-	0.184***	.129
ensino superior	-	0.151***	-	0.297***	.412
brasileiro nato	-	0.287	-	0,131	0.000
PT	-	-0.006	-	-0.152***	.104
Votos do Partido	-	0.000***	-	0.000***	.0002
Constante	-1.455***	-1.697***	-3.660***	-4.118***	-4.979**
Controle para Municípios	Não	Não	Sim	Sim	-
Nº de Observações	16351	16351	16351	16351	508
Pseudo R ²	0,0295	0,1268	0,0761	0,1825	0,2966
Prob. Chi ²	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

***Estatisticamente Significante a 1%

**Estatisticamente Significante a 5%

*Estatisticamente Significante a 10%

Fonte: Elaboração Própria

A partir dos coeficientes encontrados pelo modelo probit é possível resgatar facilmente a resposta na probabilidade de ser eleito, de um aumento do patrimônio para um candidato qualquer. Assim, estima-se que um aumento de 10% no patrimônio dos candidatos está relacionado a um aumento, em média, de 0,4% na probabilidade de este ser eleito na Bahia e de 0,2% em Salvador.

Possuir um patrimônio elevado na cidade de Salvador, como mostram os resultados, aumenta menos as chances de sucesso eleitoral do que na média do Estado inteiro. Isso indica que a riqueza dos candidatos afeta menos a decisão do eleitor da capital, do que do interior, apontando para o fato de que em cidades menores, o patrimônio dos candidatos tem um importante papel nos resultados eleitorais.

Outro indicador da existência de uma grande barreira à entrada de novos candidatos no legislativo municipal baiano é o elevado coeficiente apresentado pela variável incumbente. Dentre todas as variáveis utilizadas para controle, o maior efeito marginal positivo sobre a probabilidade de ser eleito está associado ao fato de o candidato já ocupar um cargo político (vereador, prefeito, deputado, senador ou ministro de estado) anteriormente. Tal resultado é intrigante e aponta para uma clara preferência dos eleitores por aqueles candidatos que já habitam a vida pública e uma maior facilidade destes em chegar ao poder, uma vez que os candidatos não dependem apenas do maior número de votos para serem eleitos, podendo fazê-lo pela regra do Quociente Partidário.

As despesas de campanha, outra via de influência do poder econômico nas eleições, por outro lado, não desempenharam um papel decisivo no resultado das eleições legislativas baianas em 2012. Observou-se, na verdade, uma pequena relação negativa, e estatisticamente significativa a 5%, entre as despesas de campanha e a probabilidade de sucesso eleitoral.

Ainda, ser membro do Partido dos Trabalhadores (PT), à época mesmo partida do governador do estado, não foi de grande ajuda para os candidatos a vereador. Seus membros tiveram uma menor e estatisticamente significativa probabilidade de serem eleitos a uma vaga nas câmaras legislativas baianas.

A tabela 7 apresenta os resultados obtidos na estimação por MQO foram calculadas as estatísticas de teste robustas para heteroscedasticidade utilizando o estimador HC0, proposto por White (1980). A análise da tabela mostra que os resultados encontrados se assemelham aos observados na estimação feita pelo modelo probit. Da mesma forma, o patrimônio dos candidatos está relacionado positivamente com o número de votos recebidos.

Tabela 8 – Determinantes do número total de votos obtidos

Variáveis	MQO - ln (votos)				Salvador
	Bahia				
	1	2	3	4	
Inbens	0.212***	0.150***	0.215***	0.156***	0.132***
Ingasto	-0.051***	-0.123***	0.032**	-0,008	0.197
homem	-	0.893***	-	0.907***	0.416**
casado	-	0.198***	-	0.163***	0.054
incumbente	-	1.142***	-	1.140***	2.090***
ensino médio	-	0.128***	-	0.152***	0.111
ensino superior	-	0.129***	-	0.234***	0.833***
brasileiro nato	-	-0,022	-	0.027	-0.573
PT	-	0,021	-	-0.077**	0.033
Votos do Partido	-	0.000***	-	0.000***	0.000
Constante	3.009***	3.131***	0,013	-0.201***	-2.053
Controle para Municípios	Não	Não	Sim	Sim	-
Nº de Observações	16351	16351	16351	16351	508
R ²	0,0365	0,2082	0,183	0,3081	0,2909
Prob. F	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

***Estatisticamente Significante a 1%

**Estatisticamente Significante a 5%

*Estatisticamente Significante a 10%

Fonte: Elaboração Própria

Chama atenção, novamente, a robustez dos coeficientes associados ao patrimônio dos candidatos, que se mostraram estatisticamente significantes a 1% em todos os modelos, com ou sem controles para características ou municípios. Os resultados observados na Tabela 7 indicam que, em média, tudo mais constante, um aumento de 10% no patrimônio, resultaria num aumento de 1,5% no número de votos dos candidatos a vereador na Bahia.

Esse resultado corrobora a hipótese inicial de que o nível de riqueza dos candidatos pode ser decisivo numa hipotética disputa eleitoral, tudo mais mantido constante, confirmando os resultados já encontrados de que possuir renda elevada ainda é um fator determinante para alcançar uma cadeira no legislativo municipal baiano.

As despesas de campanha, por outro lado, não se mostraram uma ferramenta eficaz para melhoria dos resultados eleitorais dos candidatos, em termos de votos recebidos. O coeficiente estimado ficou próximo de zero e não apresentou significância estatística. Assim,

não se pode dizer que os gastos de campanha em si, tiveram algum efeito sobre o número de votos dos candidatos a vereador.

As estimativas mostram, também, que os homens contam com grande vantagem sobre as mulheres nas eleições para o legislativo municipal e que essa vantagem é estatisticamente significativa. Em média, os candidatos do sexo masculino obtêm 90,7% a mais de votos do que candidatos do sexo feminino.

Novamente, ser incumbente mostrou-se característica importante para o sucesso eleitoral. Candidatos que já ocupavam cargos políticos relevantes antes da eleição obtiveram, em média, um incremento de 114% no número de votos, isto é, mais do que o dobro dos desafiantes. A escolaridade também se mostrou um importante fator de impulso aos resultados eleitorais. Os candidatos que concluíram o ensino superior obtiveram, em média, um aumento de 23% no número de votos com relação aos candidatos que foram até o ensino fundamental ou não estudaram.

Os resultados encontrados dialogam com a literatura existente ao confirmarem a influência do poder econômico nos resultados eleitorais baianos. Por outro lado, esta influência é captada não via despesas de campanha, mas via patrimônio declarado pelos candidatos, conclusão até então inédita na literatura sobre o tema.

No que se refere às despesas de campanha, ao contrário da maioria dos trabalhos sobre o Brasil, não foi possível inferir uma relação positiva entre despesa e resultado eleitoral, algo também observado por Ferreira (2011). Essa divergência mostra que a dinâmica das eleições para o legislativo municipal difere da observada para o legislativo federal, estadual e poder executivo. Ainda, o relativo sucesso dos candidatos incumbentes frente aos desafiantes – bem documentado na literatura sobre as eleições no Brasil (PEIXOTO, 2012) – também foi identificado pelas estimativas econométricas.

Com a proibição do financiamento das despesas eleitorais por empresas privadas, vigente a partir das eleições municipais de 2016, uma possível preocupação surge, uma vez que as novas regras poderão beneficiar os candidatos que possuem maior patrimônio, aumentando a distância destes dos candidatos mais pobres e criando mais barreiras à entrada de novos nomes na política, aumentando as condições desiguais pelas quais competem ricos e pobres por uma cadeira no legislativo dos municípios baianos.

6. CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente trabalho traz importantes contribuições para o debate sobre as regras eleitorais, ao esclarecer alguns elementos da dinâmica do funcionamento das eleições municipais baianas. A principal conclusão é que as regras eleitorais para o legislativo municipal vigentes em 2012 favoreceram os candidatos de renda elevada na Bahia, frente aos que ocupam os extratos mais baixos da distribuição de renda.

Os resultados das estimações econométricas mostraram que: 1) quanto mais elevado for o patrimônio do candidato maior a probabilidade deste ser eleito; 2) um aumento de 10% no patrimônio dos candidatos está associado a um aumento, em média, de 0,4% na probabilidade de ser eleito e 1,5% no número total de votos obtidos na Bahia; 3) candidatos incumbentes, isto é, que já ocupavam cargos políticos antes das eleições, tem uma maior probabilidade de sucesso eleitoral e obtêm, em média, 114% a mais de votos do que os

candidatos desafiantes; 4) os homens obtêm, em média, 90,7% de votos a mais do que as mulheres; 5) observou-se uma fraca correlação negativa entre as despesas de campanha e o sucesso eleitoral.

Assim, é confirmada a hipótese inicial da influência do poder econômico nas eleições para o legislativo municipal baiano, que se dá não via despesa de campanha, como aponta a literatura sobre o poder legislativo estadual e federal, mas pelo patrimônio (riqueza) dos candidatos.

Pode-se concluir que as regras eleitorais para a disputa pelo cargo de vereador na Bahia favorecem homens, ricos e candidatos que já ocupam algum cargo político, sendo a junção dessas três características quase imbatível numa disputa por uma cadeira no legislativo dos municípios baianos.

Espera-se, assim, que a mudança nas regras eleitorais, vigentes a partir das eleições de municipais de 2016, que proibiu doações de empresas para o financiamento dos candidatos terá pouco ou nenhum efeito sobre a capacidade de influência do poder econômico nos resultados das disputas pelas câmaras municipais baianas, podendo até aumentá-lo, uma vez que haverá a possibilidade desta mudança favorecer os candidatos mais ricos.

Faz-se necessário mencionar, como uma fragilidade do presente estudo, que não é possível interpretar os parâmetros estimados como relações de causalidade. Entretanto, como desdobramento deste trabalho, destacam-se a importância da inclusão do patrimônio dos candidatos como covariável para futuros trabalhos empíricos sobre comportamento eleitoral, bem como a necessidade de novos estudos sobre formas de inclusão das mulheres na política municipal. Embora em 2010, o TSE, por meio de uma reforma na legislação eleitoral, tenha estabelecido uma proporção mínima de 30% de participação das mulheres entre os candidatos, apenas 22% dos candidatos a vereador na Bahia eram mulheres em 2012. Portanto, o Tribunal Superior Eleitoral deve implementar novas formas de punir os partidos que desrespeitam a proporção mínima estabelecida por lei, bem como aumentar os incentivos para a inclusão das mulheres na política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROW, Kenneth. **Social Choice and Individual Value**. New York: John Wiley and Sons, Inc. 1951.
- BORSANI, Hugo. Relações entre Política e Economia: Teoria da Escolha Pública. In: BIDERMAN, Ciro, ARVATE, Paulo (Org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. 2004. p. 103-125.
- DOWNS, Anthony. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. University of Chicago Press. **Journal of Political Economy**. v. 65, n. 2, p. 135-150 abril, 1957.
- FERREIRA, Pedro Fernando. Compra de votos: estimativas do efeito do gasto eleitoral nas eleições do DF em 2006. **Revista Econômica**, Niterói, v. 13, n. 2, p.101-124, dezembro 2011.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA, Denisson; ROCHA, Enivaldo; SILVA, José Alexandre Jr.; PARANHOS, Ranulfo. Gastos e Votos nas Eleições Municipais 2012. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37. 2013, Águas de Lindóia/SP. **Anais...** Águas de Lindóia,2013.
- GERBER, ALAN S. Does Campaign Spending Work? Field Experiments Provide Evidence and Suggest New Theory. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 5, p. 541-574. Janeiro, 2004.
- IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**:Região Metropolitana de Salvador. Dezembro de 2012. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Comentarios/2012/pme_201212bacomentarios.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2016.
- IBOPE. **Índice de Confiança Social 2016**. Disponível em:
<http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/ICS_2016_brasil_divulgacao.pdf> Acesso em: 15 de fev. 2017.
- JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in House Elections: New Evidence for Old Arguments. **American Journal of Political Science**, v. 34. n. 2. p. 334-362. Maio, 1990.
- LEVITT, Steven D. Using Repeat Challengers to Estimate the Effect of Campaign Spending on Election Outcomes in the U.S. House. **The Journal of Political Economy**, v. 102, n. 4. p. 777-798. Aug, 1994.
- PEIXOTO, Vitor. Impacto dos gastos de campanhas nas eleições legislativas de 2010: uma análise quantitativa. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8. 2012, Gramado/RS. **Anais...**Gramado, 2012.
- REKKAS, Marie. The Impact of Campaign Spending on Votes in Multiparty Elections. **The Review of Economics and Statistics**, v. 89. n. 3 pp.573–585. August, 2007.
- SALLABERRY, Jonatas Dutra, VENDRUSCOLO, Maria Ivanice, RODRIGUES, Luiz Fernando. Custos Eleitorais: um estudo exploratório. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20. 2013. Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, 2013.

SIMONASSI, Andrei Gomes; ALBUQUERQUE, Ronaldo de, OLIVEIRA; Édipo Henrique Pessoa de. O Poder do Voto ou o Voto do Poder?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43. 2015. Costão do Santinho, SC. **Anais...** Costão do Santinho, 2015.

SPECK, Bruno; CERVI, Emerson. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 53 a 90. Jan/mar, 2016.

WHITE, Halbert. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**. v. 48, n. 4 p. 817-838. Maio, 1980.